

Contexto, objetividade e sensacionalismo na cobertura jornalística de direitos de crianças e adolescentes

Danilo Rothberg

Doutor; Universidade Estadual Paulista (Unesp);
danroth@uol.com.br

Aline Cristina Camargo

Mestranda; Universidade Estadual Paulista (Unesp);
linecamargo_14@hotmail.com

Resumo: As políticas públicas de preservação dos direitos de crianças e adolescentes em vigor no Brasil seguem o quadro jurídico internacional e são consideradas um avanço em diversos aspectos. Entre os fatores que podem contribuir para sua consolidação, estão as representações simbólicas dos direitos sociais construídas pelos meios de comunicação. Este artigo descreve os resultados de pesquisa que envolveu análise, em corte comparativo, dos enquadramentos de 130 matérias relacionadas a essa temática publicadas pelos jornais *Folha de S. Paulo*, tido como veículo de referência que tende a adotar o ideal de objetividade jornalística, e *Agora São Paulo*, que explora apelos que podem ser considerados sensacionalistas pela literatura especializada, no período de julho de 2010 a dezembro de 2010. Verificamos a pluralidade de fontes e a presença de informações sobre políticas públicas do setor, provenientes de fontes como o Estatuto da Criança e do Adolescente, além de dados e perspectivas necessários à contextualização do fato na cobertura noticiosa. Com os dados empíricos obtidos, sustentamos que o sensacionalismo aparece com mais frequência associado a uma cobertura descontextualizada dos direitos de crianças e adolescentes. Mas as diferenças entre os jornais são discretas e as insuficiências de apuração se distribuem, sob certos aspectos, de maneira semelhante entre eles, o que sugere a permanência do sensacionalismo como conceito de validade relativa para explicar características de comportamento editorial.

Palavras-chave: Jornalismo. Direitos sociais. Criança e adolescente. Cidadania.

1 Introdução

Iniciada há 14 anos, uma série histórica de pesquisas sobre a cobertura jornalística de temáticas relacionadas à preservação dos direitos de crianças e adolescentes

indica que o número de matérias sobre o assunto cresceu sistematicamente. Cobrindo em média 50 jornais de todo o Brasil, a Agência de Notícias dos Direitos da Infância - ANDI: Comunicação e Direitos, até 2011, com apoio de instituições como UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância, registra que a quantidade de textos subiu de 10.700, em 1996, para 161.706 em 2004.

A ANDI questiona, no entanto, se essa maior cobertura foi seguida por maior qualidade jornalística. A amostra de matérias foi pesquisada pela instituição em seus aspectos de técnicas de jornalismo empregadas, pluralidade de fontes, enfoques que representem diversidade de gênero e cor e que contenham informações sobre políticas públicas do setor, provenientes de fontes como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que em julho de 2010 completou 20 anos de sua promulgação.

Os números são preocupantes, indica a ANDI. Enfoques que contribuam para a compreensão de causas e consequências da pobreza e da desigualdade não chegaram a 3% do total de matérias analisadas. De forma surpreendente, com frequência a única ou principal fonte das matérias é dada por boletins de ocorrência, o que contribui para conferir às questões sociais um caráter de **caso de polícia**. Dados, referências e contextualizações insuficientes tendem a resultar em matérias superficiais, empobrecendo o debate. As soluções construídas pela sociedade tendem a receber pouca atenção do jornalismo.

Esse é o cenário nos chamados jornais brasileiros de referência, que prezam o conceito de objetividade, afirmado no jornalismo sob influência anglo-saxônica que tem sido praticado no Brasil. Ainda é pouco estudado o quadro composto pelos chamados jornais sensacionalistas, com perfis editoriais diferentes. Entre as características destes veículos, que tendem a valorizar aspectos de fatos e acontecimentos a fim de criar sensações e tensão na leitura, estão a imprecisão e a precariedade na apuração.

Embora haja relativa controvérsia a respeito da definição de sensacionalismo no jornalismo, há certo consenso em torno da constatação de que, nos jornais que exploram apelos dessa natureza, o ideal de objetividade tende a ser relegado, e como consequência pode haver menor preocupação dos jornalistas em cumprir o usual compromisso ético da profissão de oferecer informação contexto e profundidade.

Para testar a validade dessa hipótese no âmbito da informação sobre políticas públicas e direitos sociais, realizamos uma análise, em corte comparativo, dos enquadramentos da cobertura jornalística sobre temáticas ligadas à preservação dos direitos de crianças e adolescentes dos jornais *Folha de S. Paulo*, tido aqui como veículo de referência que tende a adotar o ideal de objetividade jornalística, e *Agora São Paulo*, que explora apelos que podem ser considerados sensacionalistas pela literatura especializada, no período de julho, mês em que se comemoraram os 20 anos da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, a dezembro de 2010¹.

A comparação entre os veículos contribuiu para elucidar aspectos da controvérsia que cerca o posicionamento de veículos que, atualmente, tem suas tiragens ampliadas em função da exploração de recursos vistos com cautela pelos estudos do jornalismo. O comportamento editorial criticado sob o nome de sensacionalismo, visível em jornais como *Agora São Paulo*, poderia de fato estar associado a uma cobertura insuficiente de uma temática central para o aperfeiçoamento da democracia brasileira, como a preservação de direitos de crianças e adolescentes? O conceito clássico de objetividade, alegadamente adotado por jornais de referência como *Folha de S. Paulo*, estaria associado a uma cobertura abrangente e plural da temática? Estas são relevantes questões de pesquisa para as quais o estudo descrito neste artigo trouxe contribuições.

Com os números obtidos nas análises, sustentamos que o comportamento editorial criticado sob o nome de sensacionalismo, visível em jornais como *Agora São Paulo*, aparece associado a uma cobertura descontextualizada da temática dos direitos de crianças e adolescentes, o que prejudica a disponibilidade de informações sobre as políticas públicas dirigidas à preservação daqueles direitos. Mas a insuficiência de informações também foi detectada no jornal *Folha de S. Paulo*, o que sugere a permanência do sensacionalismo como conceito de validade relativa para explicar características de comportamento editorial.

No percurso adotado aqui, em primeiro lugar são revisados aspectos teóricos que fundamentaram a pesquisa. Em segundo lugar, os resultados são descritos e comentados em seus pontos principais. Por último, as conclusões suportadas por

evidências empíricas são sintetizadas.

2 Aspectos teóricos

As áreas que devem receber atenção do Estado na forma de políticas públicas com foco, sistematização e alcance planejado sofreram mudanças historicamente. As políticas públicas “[...] estão associadas aos direitos que determinada sociedade reconhece aos seus diferentes cidadãos [...]” e “[...] são construídas historicamente, não são conceitos absolutos [...]”, segundo Canela (2005, p. 10).

A política pública, de acordo com Souza (2006, p. 29), tem uma ação intencional, em um ciclo constituído pelos estágios de “[...] definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação.”

Essas etapas devem estar sujeitas a amplo escrutínio público. Vicente (2008, p. 277) defende que “[...] a imprensa, por definição, pode e deve assumir um papel ativo no processo de monitoramento, fiscalização e cobrança quanto à definição, gestão e avaliação das políticas públicas.”

Abordar causas e soluções dos problemas apresentados, analisar casos bem sucedidos e dar tratamento adequado à legislação e aos autores sociais envolvidos “[...] colabora para uma definição mais precisa do tipo de políticas a serem conduzidas; a mídia, certamente, é um dos atores com capacidade para veicular as posições conflitantes e convergentes[...]”, acredita Canela (2005, p. 13), para quem a mídia desenvolve quatro papéis de destaque: agendamento, enquadramento, construção da informação e controle social.

No agendamento, está a capacidade de a mídia indicar quais temas merecem destaque a partir do que ela publica ou omite, ou ainda de acordo com a frequência com que reporta determinados temas. No enquadramento dado aos temas que aborda, a mídia pode colaborar com a construção de significados e influenciar as etapas do processo. Na construção da informação, a mídia tem sua função

potencializada ao investigar e fornecer informações, inclusive conferindo voz a fontes alternativas. Na função de controle social, a mídia trabalharia com o “[...] acompanhamento, não apenas do lançamento oficial de projetos, mas de sua continuidade, da idoneidade em sua execução e de seus resultados [...]”, pondera Canela (2005, p. 17).

No Brasil, a UNESCO (2004, p. 15) situa a juventude como um dos “[...] principais *locus* estratégico para a ação de políticas públicas [...]”, seja pela garantia dada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, por sua condição de sujeitos de direitos e atores estratégicos do desenvolvimento ou pela sua situação de vulnerabilidade.

Para Vicente (2008, p. 268), a condição inovadora de crianças e adolescentes como cidadãos garantida pelo ECA (Lei Federal 8.069, de 13 de julho de 1990) “[...] exige que sejam feitas transformações na sociedade, pois a prioridade demanda prontidão, de modo que qualquer demora em garantir os direitos acaba sendo tratada como omissão, negligência e, portanto, delito[...]” (BRASIL, 1990²).

Para Pastorelli (2001, p. 11), o mérito do Estatuto “[...] foi a criação de regras para que se respeitem a criança e o adolescente como cidadãos sujeitos de direitos e deveres, conferindo-lhes prioridade absoluta, sobretudo na elaboração e implementação de políticas públicas.”

O Estatuto da Criança e do Adolescente garante os direitos e deveres, determinando à família, à sociedade, à comunidade e ao Estado a responsabilidade pela sua proteção integral. “Além disso, define um sistema participativo de formulação, controle e fiscalização das políticas públicas entre Estado e sociedade civil”, ressalta (PASTORELLI, 2001, p. 25).

“Essa nova visão faz com que o poder Público tenha prioridade de implementar políticas públicas especialmente dirigidas a esse segmento. Exatamente por isso, cabe aos jornalistas e profissionais de comunicação estarem atentos à existência e ao cumprimento dessas políticas de atendimento à criança e ao adolescente”, enfatiza Pastorelli (2001, p. 55).

A sociedade deve, por sua vez, verificar se essa responsabilidade está sendo cumprida adequadamente. “No contexto das sociedades contemporâneas, os meios

de comunicação de massa desempenham papel central no que se refere ao agendamento do debate público.”. Tal responsabilidade, no entanto, não está apenas sobre a mídia, mas também, “[...] e em igual dimensão, impõe aos demais atores da cena democrática a missão de cuidar para que tal poder seja exercido, primordialmente, com vistas ao interesse coletivo [...]”, sustenta Vivarta (2005, p. 3).

No entanto, a “[...] questão da infância e da juventude, tão vigorosamente discutida pela sociedade durante o processo de redemocratização do país, demorou a encontrar correspondência na imprensa, tornando-se pauta necessária para as empresas de comunicação apenas na segunda metade da década passada [...]”, aponta Canela (2008, p. 280). A ANDI: Comunicação e Direitos, até 2011 denominada Agência Nacional dos Direitos da Infância, acompanhou esse processo e analisou a cobertura realizada pela mídia na abordagem de crianças e adolescentes.

Vivarta (2005) descreve os resultados de uma análise de 50 jornais realizada pela ANDI. Houve um aumento de 19,47% no número de matérias veiculadas sobre o tema da infância e adolescência entre 2002 e 2003. Já entre 2003 e 2004, o aumento foi de 31,07%. “O aumento das informações, no entanto, não implicou necessariamente no aumento da qualidade da cobertura [...]”, ressalva Vivarta (2005, p. 8).

A falta de contextualização dos fatos também foi observada. Muitos são apresentados como fatos isolados, o que acaba por empobrecer a discussão em torno do assunto. Temas importantes deixam de ser tratados como fenômenos e passam a ser abordados de maneira pontual. “Na imprensa, a violência não é tratada como fenômeno social [...]”, acredita Vivarta (2001, p. 6). “A imprensa não enxerga o contexto porque não discute soluções.” (p. 26). Entre as reportagens avaliadas pela ANDI, dados e discussões específicas sobre os assuntos raramente estão presentes, e os jornalistas pouco se valem de dados ou legislações: “a imprensa, mediadora na cobrança de políticas públicas, trata a violência como um caso sem demanda por soluções [...]”, avalia Vivarta (2001, p. 24). Políticas públicas poucas vezes são citadas. É atribuída à família uma responsabilização excessiva nas matérias, “[...] quase sempre sem menção à existência ou não de políticas públicas de apoio,

orientação e acompanhamento dessas mesmas famílias.” (VIVARTA, 2001, p. 25).

O sensacionalismo é tido pela literatura especializada como fator que potencializa estes traços do jornalismo. “Sensacionalismo é tornar sensacional um fato jornalístico que, em outras circunstâncias editoriais, não mereceria esse tratamento [...]”, indica Angrimani. “Como o adjetivo indica, trata-se de sensacionalizar aquilo que não é necessariamente sensacional, utilizando-se para isso de um tom escandaloso, espalhafatoso.” (ANGRIMANI, 1995, p. 16).

O uso do discurso direto aparece como estratégia que dá a sensação de maior envolvimento entre narrador, leitor e personagens da notícia. A sensação é também alcançada com o emprego de gírias, linguagem marginal, vocabulário obscuro, frases feitas da conversação diária e outros recursos que dão a ideia de cotidianidade e que “[...] nos possibilitam verificar que a violência também é gerada no interior do discurso [...]”, aponta Dias (2003, p. 6).

Entre as propriedades apontadas por Angrimani (1995) que caracterizam o sensacionalismo, estão as manchetes escandalosas, o uso abusivo de ilustrações, títulos fantasiosos e as campanhas contra abusos sofridos por pessoas comuns, normalmente com a intenção de apresentar o repórter como o profissional a serviço do público.

A escolha de temas a serem abordados também pode ser verificada como uma diferença entre os veículos tidos como sensacionalistas e aqueles tradicionais. A violência, por exemplo, é abordada com ênfase nos veículos sensacionalistas. Em veículos tradicionais, “é uma violência disfarçada, ilegível na forma editorial, enquanto que no jornal sensacionalista a violência faz parte da linguagem e da forma de edição”, observa Angrimani (1995, p. 57).

O conceito tem sido reavaliado na atualidade. Amaral (2005, p. 2) avalia que o termo sensacionalismo é utilizado como modo de caracterizar o segmento popular da grande imprensa, e que o conceito não é capaz de “[...] traduzir os produtos midiáticos populares mais recentes.”. O termo, já tão utilizado, “[...] tornou-se uma categoria flácida, sem fronteiras e sem vigor [...]”, segundo Amaral (2005, p. 2), para quem as constatações consensuais que o termo abriga, como a função catártica do sensacionalismo e o uso de gírias e palavrões, não atendem mais o que seria o

sensacionalismo ou o jornalismo praticado pelos jornais populares do país.

Amaral (2005) observa que, ao qualificar um jornal de sensacionalista, estamos caracterizando-o como um veículo que “[...] se dedica a provocar sensações, prática hoje generalizada.”. Afinal, todo jornal teria como objetivo provocar sensações; a diferença entre os visivelmente apelativos e os considerados sérios seria apenas a intensidade com que usam esses artifícios.

As diferenças encontradas nos veículos populares e tradicionais, denominados veículos de referência, são esperadas, já que existem “maneiras diferentes de se alcançar um público diferente. Por isso, as imprensas de referência e a popular não funcionam nos mesmos padrões”, sustenta Amaral (2005, p. 3). “Várias abordagens ignoram o fato de que os meios de comunicação baseiam-se numa visão antecipada do campo da recepção e mudam seus discursos conforme os públicos que lhes interessam”; desta forma, algumas estratégias dos produtos jornalísticos populares “[...] não são originadas no interesse comercial, mas sim reapropriadas pelas empresas jornalísticas para conectar seus produtos ao público.” (AMARAL, 2005, p. 4).

Nos jornais atualmente considerados de perfil sensacionalista, os assuntos da administração pública são percebidos sob perspectivas limitadas. “O enfoque sobre grandes temas recai sobre o ângulo subjetivo e pessoal. O público leitor, distante das esferas de poder, prefere ver sua cotidianidade impressa no jornal e a informação é sinônimo de sensação e da versão espetacularizada das diferentes realidades individuais”, observa Amaral (2005, p. 8).

Os jornais sensacionalistas, de acordo com Amaral (2005, p. 9), ao priorizar temas de interesse humano, nem sempre alcançam o interesse público, já que “o segmento popular da grande imprensa enfatiza matérias de interesse humano que, ao serem personalizadas e descontextualizadas, assumem a função de entretenimento e espetacularização.”. O que também é comum à imprensa popular é o interesse público suplantado pelo interesse do público, “[...] não somente em função da temática da notícia, mas pela forma como ela é editada, a partir da individualização do problema, o que dá a sensação de que o jornalismo não se realiza [...]”, completa Amaral (2005, p. 9).

Os jornais sensacionalistas, por vezes, trazem fontes testemunhais e não especialistas. “O ideal da objetividade, embora varie de jornal para jornal, muitas vezes é abandonado e a credibilidade é construída por intermédio de outros parâmetros, como a proximidade e o testemunho”, indica Amaral (2005, p. 10).

Nesse sentido, o sensacionalismo tende a levar o jornalismo à renúncia do conceito tradicional de objetividade jornalística, sustentada na ética do compromisso entre o jornalista e seu público, segundo o qual o profissionalismo significa a busca pela verdade, ou ao menos a imagem de credibilidade resultante dessa busca. “A objetividade no jornalismo não é a negação da subjetividade, mas uma série de procedimentos que os membros da comunidade interpretativa utilizam para assegurar uma credibilidade como parte não-interessada e se protegerem contra eventuais críticas ao seu trabalho”, sustenta Traquina (2004, p. 139).

3 Metodologia

Os enquadramentos são “[...] marcos interpretativos mais gerais construídos socialmente que permitem as pessoas fazer sentido dos eventos e das situações sociais”, como indica Porto (2004, p. 78). Para Rothberg (2010, p. 54), “[...] um enquadramento (*framing*) é construído através de procedimentos como seleção, exclusão ou ênfase de determinados aspectos e informações, de forma a compor perspectivas gerais através das quais os acontecimentos e situações do dia são dados a conhecer.” São abordagens que conferem sentido a determinado tema. “Eles podem materializar-se tanto na ótica dos próprios produtores de informação, que assim os repassam implicitamente na organização de uma matéria jornalística, quanto na própria notícia.” (ROTHBERG, 2010, p. 23).

Para Soares (2006, p. 451), os “[...] enquadramentos residem nas propriedades específicas da narrativa noticiosa que encorajam percepções e pensamentos sobre eventos e compreensões particulares sobre eles.”. O *framing* (enquadramento) da notícia é construído por aquilo que está presente em sua própria estrutura: palavras, metáforas, conceitos, símbolos, estereótipos, ironias, imagens visuais e insinuações

que identificam intenções do profissional jornalista, ou do veículo, além de valores notícia, conteúdos e formatos.

O enquadramento dado à determinada matéria tem sua importância em função da influência que pode causar, segundo Soares (2006, p. 455): “os enquadramentos podem ter consequências sobre a forma como as audiências percebem e compreendem um assunto ou evento”. De acordo com o enquadramento dado a cada notícia, a aparente importância de certo assunto pode ser diminuída ou aumentada, potencialmente influenciando a maneira com que o público a perceberá.

Analisamos o enquadramento de 74 matérias publicadas de julho de 2010 a dezembro de 2010 no jornal *Agora São Paulo* e 56 matérias publicadas no mesmo período pela *Folha de S. Paulo* que se relacionam à temática da preservação de direitos de crianças e adolescentes, tratando-a de forma direta, com referências a políticas da área, ou indiretamente, na forma de enfoques sobre fatos cotidianos que envolvem violações daqueles direitos. As análises foram realizadas através de planilhas eletrônicas que registraram variáveis em torno de seis chaves de compreensão das 130 matérias:

- a) **Fato em questão:** identificou-se a razão de crianças e adolescentes serem foco da notícia: se por serem agentes ou vítimas de atos infracionais (condutas tipificadas como crime ou contravenção penal; seus autores, sendo crianças ou jovens, devem cumprir medidas socioeducativas, segundo o ECA — Estatuto da Criança e do Adolescente), ou se por estarem envolvidos em casos de violação de direitos nas áreas de educação, saúde e assistência social, garantidos pelo ECA;
- b) **Causas e soluções:** verificou-se a maneira pela qual a matéria analisada traça conexões entre as causas da violação dos direitos da infância e adolescência e as soluções cabíveis. O ECA contém entendimento específico de tais conexões: as infrações são consideradas como um efeito de políticas públicas insuficientes para garantir o atendimento dos direitos daquele público, ao passo que as soluções advêm tanto da provisão de seus direitos quanto da execução adequada das medidas socioeducativas previstas em lei;

- c) **Políticas públicas:** verificou-se a presença de informações sobre políticas públicas sociais do sistema de preservação dos direitos da criança e do adolescente ancorado no ECA;
- d) **Atores sociais:** teve como objetivo apurar quando e em que condições pessoas, entidades ou instituições foram consultadas como fontes para opinar sobre o fato reportado;
- e) **Dados e discussões específicas:** verificou-se a presença de estatísticas, citações e análises da legislação atual, referências a temas correspondentes à área, como saúde infanto-juvenil, e informações que ampliaram o contexto de compreensão do fato imediato, como experiências e instituições bem-sucedidas na aplicação de medidas socioeducativas etc;
- f) **Linguagem da violência:** verificou-se a presença de elementos linguísticos típicos de descrições pormenorizadas de atos de violência que caracterizam exploração sensacionalista do fato.

4 Resultados e discussão

Os resultados são apresentados e comentados de acordo com a ordem das seis chaves de compreensão dispostas nas planilhas eletrônicas de análise:

Fato em questão

Do total de 74 matérias analisadas do jornal *Agora São Paulo*, observou-se que 40 (54,05%) abordaram fatos e acontecimentos ligados a atos infracionais. Em 34 matérias (45,95%) do veículo, estiveram em questão fatos e acontecimentos relativos à violação de direitos de crianças e adolescentes nas áreas de saúde, educação e assistência social.

Na *Folha de S. Paulo*, o cenário é inverso. A temática mais presente esteve ligada à violação de direitos de crianças e adolescentes. Foram 32 matérias (57,15% do total de 56 analisadas), contra 24 (42,85%) matérias com o foco sobre atos infracionais.

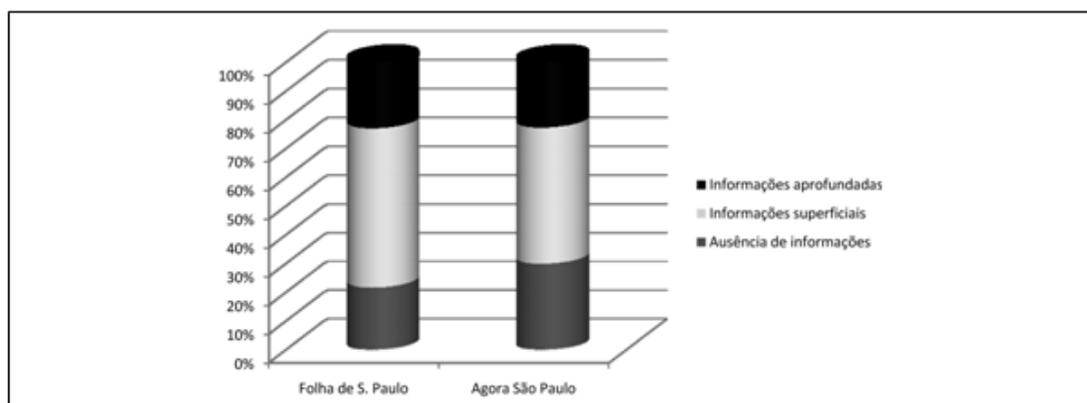
Os dados indicam que o jornal *Agora São Paulo*, que aqui tomamos como sensacionalista em referência à literatura especializada, preferiu enfoques centrados em atos infracionais, mais sujeitos à exploração de sensações pelo uso de descrições de violência sexual, gírias e fontes testemunhais que enriquecem a narração das circunstâncias em que ocorreram as infrações.

Causas e soluções

Não foram apresentadas conexões entre causas e soluções em 22 (29,72%) do total de matérias analisadas do jornal *Agora São Paulo*. Em 35 (47,29%) matérias, as causas e soluções foram apresentadas de maneira superficial, com aspectos pontuais como o encaminhamento de jovens à Fundação Casa. Apresentaram soluções contextualizadas 17 matérias (22,97%).

Do total de 56 matérias do jornal *Folha de S. Paulo*, 12 (21,42%) não apresentaram causas ou soluções para os fatos abordados nos textos; 31 (55,35%) das matérias apresentaram soluções pontuais para os fatos. Em 13 (23,21%) matérias, causas e soluções foram apresentadas de maneira contextualizada.

Gráfico 1 - Informações sobre conexões entre causas e soluções nos jornais *Folha de S. Paulo* e *Agora São Paulo*.



Fonte: Os autores

A comparação entre os números dos dois jornais pesquisados, indicada pelo Gráfico 1, sugere que a prática do perfil sensacionalista pode ter contribuído para gerar menor preocupação dos jornalistas do *Agora São Paulo* com a apuração de conexões entre causas e soluções, já que neste veículo houve um número maior de

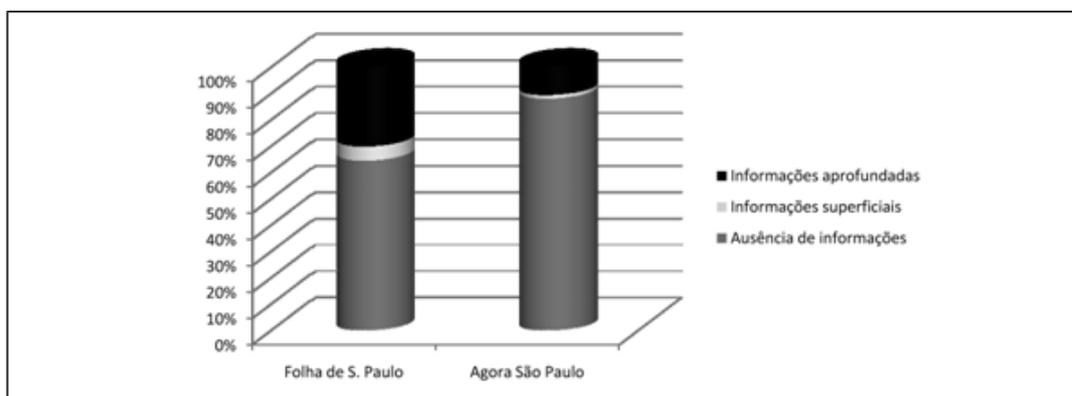
matérias sem informações sobre tais aspectos. A diferença entre os jornais é discreta, no entanto, em relação ao número de matérias que efetivamente apresentaram causas e soluções, o que sugere que as insuficiências de apuração na temática em questão estão acima das diferenças de perfil editorial e podem se distribuir de maneira semelhante entre os jornais.

Políticas públicas

Um total de 65 matérias (87,84%) do jornal *Agora São Paulo* não apresentou informações sobre políticas públicas de preservação de direitos de crianças e adolescentes. Uma matéria (1,35%) apresentou informações superficiais relacionadas e 8 (10,81%) apresentaram informações aprofundadas.

Em 36 matérias (64,28% do total de 56 reportagens publicadas pelo jornal *Folha de S. Paulo*), não há informação sobre políticas públicas. Em três (5,36%) matérias há menção superficial. Em 17 matérias (30,36%) há informações aprofundadas.

Gráfico 2 - Dados sobre Informações sobre políticas públicas nos jornais *Folha de S. Paulo* e *Agora São Paulo*.



Fonte: Os autores

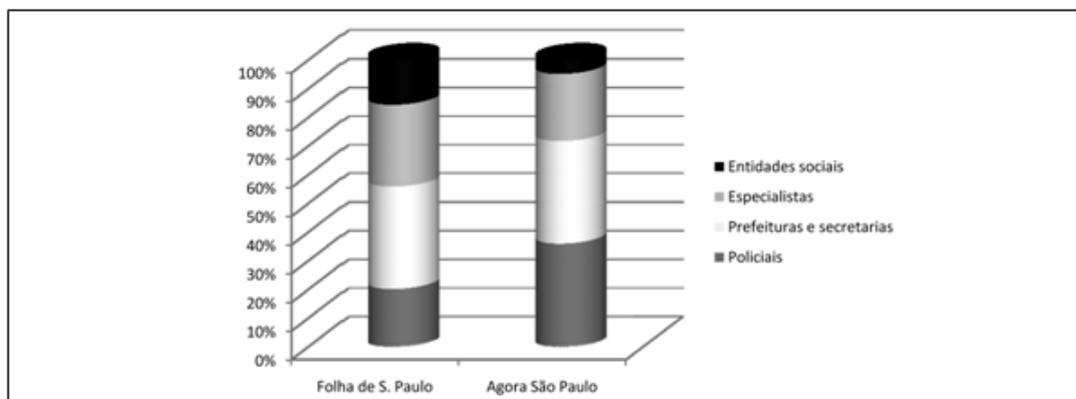
A comparação entre os números dos dois jornais, indicada pelo Gráfico 2, sugere que o perfil sensacionalista pode ter resultado em um critério diferenciado de produção da notícia no jornal *Agora São Paulo*, que tenderia a exigir, dos jornalistas do veículo, menor rigor na apuração de informações sobre políticas públicas, já que neste jornal aparece significativamente menor, em relação à *Folha de S. Paulo*, a proporção de matérias com tais dados, e notavelmente maior a proporção de matérias que desconsideram as políticas públicas como aspecto relevante para a cobertura de fatos ligados à temática da preservação dos direitos de crianças e adolescentes.

Atores sociais

Na amostra do jornal *Agora São Paulo*, policiais estiveram presentes como fontes em 29 matérias (39,18%). Prefeituras e secretarias municipais aparecem também em 29 matérias (39,18%). Especialistas, como psicólogos, sociólogos e educadores, estão presentes em 19 matérias (25,67%). Entidades sociais como ONGs, sindicatos, associações e conselhos profissionais estão presentes em 4 matérias (5,40%).

O ator social mais presente na amostra analisada da *Folha de S. Paulo* foram secretarias e prefeituras, que estiveram presentes em 25 matérias (44,64%). Em 14 matérias (25%), policiais estiveram presentes como fontes. Especialistas foram ouvidos em 20 (35,71%) matérias, e entidades sociais em 11 (19,64%) matérias.

Gráfico 3 - Fontes utilizadas pelos jornais *Folha de S. Paulo* e *Agora São Paulo*.



Fonte: Os autores

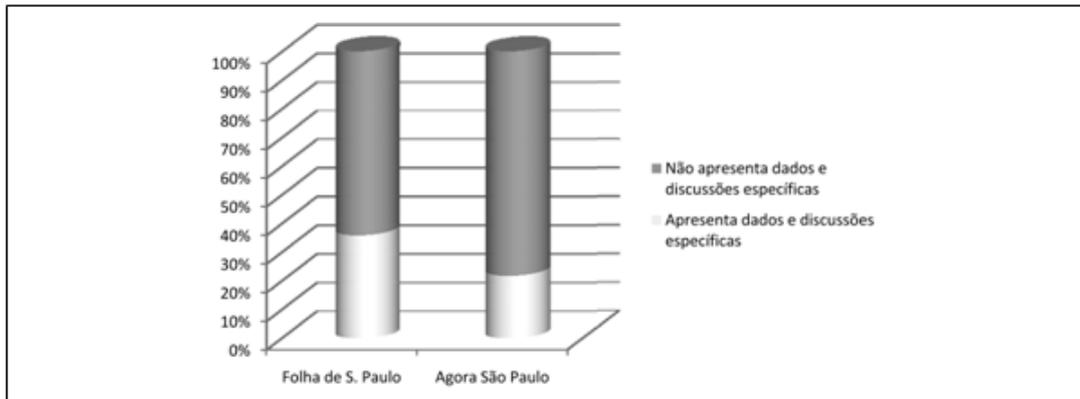
A comparação entre os números, conforme indica o Gráfico 3, sugere que a busca do ideal de objetividade, presumivelmente mais acentuada em um jornal aqui considerado de referência como a *Folha de S. Paulo*, pode ter resultado na maior incidência de atores como especialistas e entidades sociais como fontes de suas matérias, o que por sua vez indica a presença de mais contextualização na cobertura jornalística, que se torna possível com o recurso a fontes mais qualificadas.

No sentido inverso, verifica-se, no jornal *Agora São Paulo*, a maior recorrência a policiais como fontes, que tendem a apresentar informações mais úteis na exploração do sensacionalismo, como detalhes da violência praticada nas infrações.

Dados e discussões específicas

Um total de 58 matérias (78,38%) publicadas no *Agora São Paulo* não trouxe dados ou discussões sobre as temáticas selecionadas, e 16 matérias (21,62%) trouxeram dados relevantes para a compreensão do fato e incitaram discussões em torno da questão. Na *Folha de S. Paulo*, os números são, respectivamente, 36 matérias (64,28%) e 20 matérias (35,72%).

Gráfico 4 - Presença de dados e discussões específicas nos jornais *Folha de S. Paulo* e *Agora São Paulo*.



Fonte: Os autores

A comparação entre os números (Gráfico 4) indica novamente que o perfil editorial do jornal *Agora São Paulo*, aqui considerado sensacionalista em referência à literatura especializada, pode ser responsabilizado pela maior frequência, em comparação com o jornal *Folha de S. Paulo*, de matérias que dispensam a apuração de dados e discussões específicas sobre a preservação de direitos de crianças e adolescentes.

Linguagem da violência

A *Folha de S. Paulo* publicou, no período estudado, 5 matérias (8,92% do total de 56) com apelos lingüísticos sensacionalistas em descrições de casos de violência, particularmente sexual. Já o *Agora São Paulo* publicou 16 (21,62% do total de 74 matérias). Ambos os jornais apresentam números relativamente baixos, o que sugere que tem sido pouco empregada a usual estratégia considerada sensacionalista pela literatura especializada que consiste no uso de apelos lingüísticos como descrições pormenorizadas de violência física e sexual. E, ainda que a *Folha de S. Paulo* também a tenha empregado, seu uso aparece mais intenso no jornal *Agora São Paulo*, o que sugere a validação relativa do conceito de sensacionalismo para explicar diferenças de comportamento editorial.

5 Conclusões

Analisamos a cobertura jornalística de temáticas relacionadas à preservação dos direitos de crianças e adolescentes em dois importantes jornais com perfis editoriais distintos, verificando contexto e profundidade de 130 matérias em relação a seis itens de análise: fato em questão; causas e soluções; políticas públicas; atores sociais; dados e discussões específicas; e linguagem da violência.

Identificamos a insuficiência de informações em ambos os veículos. Em busca de interpretações para este dado, sugerimos que a ênfase na apuração de infrações cometidas por crianças e adolescentes, em detrimento de enfoques mais amplos sobre casos de violações de direitos desse público, contribui para a ausência relativa de responsabilização da gestão pública pela ineficácia das políticas públicas destinadas à preservação daqueles direitos. Nesse sentido, as características da cobertura jornalística pesquisada dificultariam a visualização de conexões entre causas e consequências da violação de direitos sociais, contribuindo para gerar uma percepção de sociedade em que os fatos são gerados por acontecimentos fortuitos, sem relação com o eventual descumprimento de responsabilidades ao nível da gestão pública.

Também identificamos que o fenômeno editorial conhecido como sensacionalismo, que tende a privilegiar a exploração superficial dos fatos e a dispensar os jornalistas de obedecer a critérios tradicionais de produção noticiosa como objetividade e busca de informação com contexto e profundidade, continua a apresentar validade, ainda que relativa, para explicar as diferenças de cobertura jornalística de direitos sociais em função da prática de distintos perfis editoriais.

Ou seja, o jornal *Agora São Paulo*, aqui considerado sensacionalista, apresentou maior frequência de matérias caracterizadas por insuficiência de informações sobre políticas públicas e presença de fontes que contribuem para o tratamento superficial da temática em questão. Já o jornal *Folha de S. Paulo*, que tende a valorizar o conceito de objetividade, apresentou uma proporção menor de

matérias com aquela característica. As diferenças, no entanto, são discretas, o que indica, ao menos segundo a amostra analisada, que a tendência pela adoção de padrões jornalísticos de referência, em particular o ideal de objetividade, tem sido pouco capaz de gerar uma cobertura de qualidade mais significativa.

Permanece, no entanto, em aberto a validade do conceito de sensacionalismo para explicar as diferenças que se observam na cobertura jornalística de outras temáticas relevantes ligadas ao tratamento de informações sobre políticas públicas, o que abre campo para novas pesquisas em comunicação.

Referências

AMARAL, M. F. Sensacionalismo, um conceito errante. **Intexto**, Porto Alegre, n. 13, p. 1-13, 2005. Disponível em:
<<http://seer.ufrgs.br/intexto/article/view/4212/4464>>.

ANGRIMANI, D. **Espreme que sai sangue**: um estudo do sensacionalismo na imprensa. São Paulo: Summus, 1995.

BRASIL. **Lei Federal 8069 de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e da outras providências. Brasília, 1990. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm>

CANELA, G. Cobrindo políticas públicas sociais: a importância da agenda da infância e da adolescência. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 14., 2005, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2005.

_____. A Cobertura jornalística das políticas públicas sociais: elementos para debate. In: _____. (Org.) **Políticas públicas sociais e os desafios para o jornalismo**. São Paulo: Cortez; Brasília: Andi, 2008. p. 10-30.

DIAS, A. R. F. **O Discurso da violência no jornalismo popular**. São Paulo: Editora Cortez, 2003.

PASTORELLI, I. M. **Manual de imprensa e de mídia do estatuto da criança e do adolescente**. São Paulo: Orange Star, 2001.

PORTO, M. Enquadramentos da mídia e política. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (Org.). **Comunicação e política**: conceitos e abordagens. São Paulo: Unesp; Salvador: Edufba, 2004. p. 73-104.

ROTHBERG, D. Jornalismo e informação para a democracia: parâmetros de crítica de mídia. In: CHRISTOFOLETTI, R. (Org.). **Vitrine e vidraça: crítica de mídia e qualidade no jornalismo**. Covilhã: Labcom Books, 2010.

SOARES, Murilo Cesar. **Representações, jornalismo e a esfera pública democrática**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2006.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, 2006.

TRAQUINA, N. **Teorias do jornalismo: por que as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2004.

UNESCO. **Políticas públicas de/para/com as juventudes**. Brasília, 2004.

VICENTE, C. M. Garantindo os direitos da infância. In: CANELA, G. (Org.). **Políticas públicas sociais e os desafios para o jornalismo**. São Paulo: Cortez; Brasília: ANDI, 2008. p. 268-279.

VIVARTA, V. (Ed.). **Balas perdidas: um olhar sobre o comportamento da imprensa brasileira quando a criança e o adolescente estão na pauta da violência**. Brasília: ANDI, 2001.

_____. **Infância na mídia: a criança e o adolescente no olhar da imprensa brasileira**. Brasília: ANDI, 2005.

Context, objectivity and sensationalism in the journalistic coverage of rights of children and adolescents

Abstract: The actual policies for preserving rights of children and adolescents in Brazil follow the international legal framework and are considered an advancement in several respects. One of the factors which may contribute to their consolidation is the symbolic representations of social rights constructed by the media. This paper describes the results of research which comprised frame analysis of 130 news stories about that subject from the newspaper Folha de S. Paulo, which tends to embrace the ideal of journalistic objectivity, and Agora São Paulo, which explores appeals that may be considered sensationalist within the scientific literature, from July 2010 to December 2010. We assessed the presence of a variety of sources and information on public policies, from sources such as the Statute of Children and Adolescents as well as data and perspectives necessary for contextualizing the facts in the news coverage. Based on empirical data, we argue that the appeal of sensationalist news was found more frequently associated with superficial journalistic coverage of rights of children and adolescents. But the differences between newspapers are small, and the lack of information is distributed similarly in respect of certain aspects between them, suggesting the persistence of sensationalism as a concept of moderate validity for explaining differences of editorial profiles.

Keywords: Journalism. Social rights. Children and adolescents. Citizenship.

¹ Parte dos dados empíricos aqui analisados provém de pesquisa de iniciação científica realizada com bolsa concedida pela FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Processo 2010/07104-8), a quem os autores agradecem pelo benefício outorgado.

² Documento eletrônico.

Recebido: 29/05/2012

Publicado: 25/07/2013